

DO NOVO NORMAL À VOLTA AO NORMAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 (2020-2022)¹

Jémerson Quirino de Almeida²
Silvio Luiz Lofego³

RESUMO

O objetivo deste texto é analisar, refletir e apresentar algumas considerações sobre os desafios acerca da volta às aulas de forma presencial na educação básica brasileira, num momento de desaceleração dos contágios e mortes, geradas pela pandemia de Covid-19. Nesse sentido, discutimos o contexto das relações educativas durante a pandemia, buscamos conceituar o que é o normal, o novo normal e as tensões e desafios sobre a volta ao normal. A discussão buscou apontar a necessidade de intensificar o diálogo entre os profissionais da educação durante o planejamento pedagógico, e analisar continuamente os dados oriundos das avaliações no decorrer do ano letivo. Atentar aos possíveis nuances nas relações educacionais, oriundos da forma como se desenvolveu o trabalho didático e a aprendizagem nos últimos dois anos. Na volta ao normal, precisamos analisar o processo educacional brasileiro, os nuances e demandas, lutar para que se possa finalmente cumprir com a agenda a muito apontada pelo campo educacional, dentre outras ações, destacamos: planejar recuperação contínua para os alunos, formação continuada para professores, acompanhamento psicológico a todos os envolvidos no processo educativo, aprimorar os protocolos sanitários, flexibilização nos itinerários formativos, utilização de instrumentos do trabalho didático mais adequados a realidade educacional, aprimoramento das técnicas de ensino, promover o acompanhamento do desempenho dos alunos por meio de avaliações sistemáticas, uso de novas tecnologias de forma adequada a realidade local e social da escola e dos educandos, e maior dedicação das famílias em relação a vida escolar e a aprendizagem dos educandos.

Palavras-chave: Educação básica. Pandemia de Covid 19. Planejamento educativo.

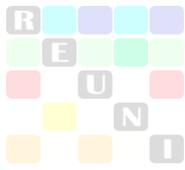
ABSTRACT

The aim of this text is to analyze, reflect on, and present some considerations regarding the challenges of returning to in-person classes in Brazilian basic education, during a period of slowing contagion and deaths caused by the Covid-19 pandemic. In this context, we discuss the educational relationships during the pandemic, seek to define what is considered normal, the new normal, and the tensions and challenges surrounding the return to normal. The discussion aims to highlight the need to intensify dialogue among education professionals during pedagogical planning and to continuously analyze data from evaluations throughout the academic year.

¹Este texto foi desenvolvido a quatro mãos durante os anos de 2020, início da Pandemia no Brasil, e 2022, após a flexibilização das normas restritivas e a volta às aulas presenciais. Durante a revisão para a presente publicação observamos alguns pontos que hoje podem ter mudado no entendimento dos autores. Contudo, decidimos manter o texto original, muitas angústias e incertezas presentes na produção se relacionam ao contexto de sua elaboração.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 2020. Professor do curso de História do Centro Universitário de Jales/SP (UNIJALES).

³ Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2002. Diretor de Pesquisa e Extensão, coordenador dos cursos de História e Geografia nas modalidades presencial e EaD no Centro Universitário de Jales/SP (UNIJALES).



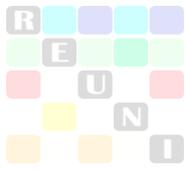
Attention must be paid to the potential nuances in educational relationships stemming from how didactic work and learning have developed over the past two years. As we return to normal, we need to analyze the Brazilian educational process, its nuances and demands, and strive to finally fulfill the agenda long pointed out by the educational field. Among other actions, we emphasize: planning continuous recovery for students, ongoing professional development for teachers, providing psychological support to all involved in the educational process, improving health protocols, flexibility in educational pathways, using didactic tools that are more suited to the educational reality, improving teaching techniques, promoting the monitoring of student performance through systematic assessments, using new technologies appropriately to the local and social reality of the school and students, and increasing family engagement in students' school life and learning.

Keywords: Basic education. Covid-19 pandemic. Educational planning.

INTRODUÇÃO

A terceira década do século XXI pode ser compreendida como decisiva para a educação no Brasil. O período iniciado no contexto de Pandemia de Covid-19 (2020-2022), forçou a educação a se mover em diferentes direções, buscando se ajustar, mesmo que de forma apressada e em muitos casos hesitante ou equivocada, ao uso de novas tecnologias de informação e comunicação, ao trabalho didático na modalidade remota, ao desenvolvimento de maiores cuidados sanitários, dentre tantas outras situações. O pós-pandemia e o retorno a normalidade deu continuidade as incertezas e angústias, as mudanças no ensino médio e as inúmeras críticas sofridas após seu primeiro ano em curso, são elementos evidenciadores de que o normal, já não pode ser o mesmo normal de antes da pandemia de Covid-19.

Contudo, é inegável que à volta as aulas presenciais, criaram uma atmosfera positiva na educação básica, tivemos confirmada a certeza da importância dos profissionais da educação para o desenvolvimento da relação educativa por meio do processo pedagógico. Nesse sentido, parecia que um novo universo iria se abrir representando um momento fértil para se por em práticas diferentes demandas a muito cobradas pelos educadores no Brasil. Dentre outras ações, destacamos o planejamento de recuperação contínua para os alunos, formação continuada para professores, acompanhamento psicológico a todos os envolvidos no processo educativo, aprimoramento dos protocolos sanitários, flexibilização nos itinerários formativos, utilização de instrumentos do trabalho didático mais adequados a realidade educacional, aperfeiçoamento das técnicas de ensino, promoção sistemática do acompanhamento do desempenho dos alunos por meio de avaliações, e maior dedicação das famílias em relação a vida escolar e a aprendizagem dos educandos.



Cientes do descaso do poder público federal com a educação realmente significativa nos últimos anos da década de 1920, da baixa qualidade da aprendizagem de grande parte dos alunos das escolas públicas em praticamente todo o país, o que se comprova por meio dos dados do próprio Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que demonstra não termos atingido as metas no decorrer da última década.

O resultado negativo é frustrante para todos os envolvidos com a educação, e gera, especialmente nos alunos desmotivação, culminando muitas vezes na desistência em aprender e consequente evasão, principais responsáveis pelo fracasso escolar em diversas localidades do país. Contudo, nutrimos esperança de trilharmos dias melhores, diante maior diálogo e fomento a pesquisa e a ciência, que sinalizam novos rumos para a educação.

Nesse sentido, precisamos fazer um exercício crítico sobre o “normal, o novo normal e a volta ao normal”. Ou seja, retomar a discussão sobre as normas educacionais que regulam a educação básica no Brasil. A flexibilização dessas normas e seu impacto no trabalho didático dos profissionais da educação, sua participação efetiva nas discussões didático-pedagógicas nos anos de pandemia. E o mais importante no momento: como transitar de volta ao normal, que como percebemos, não mais pode voltar a ser, o mesmo normal?

Certamente, é difícil pensar sobre este tema, e mesmo que seja doloroso refletir e escrever sobre a maior catástrofe sanitária do país, é preciso que se faça, em especial, por termos a chance de discutirmos a situação gerada pelas relações de trabalho didático durante o momento pandêmico, e planejar com seriedade e competência os rumos da educação no Brasil, cientes de que muitas mudanças estabelecidas pela flexibilização das ações pedagógicas, não podem ser deixadas de lado. Devemos planejar as ações de modo amplo e democrático, estabelecer critérios de avaliação e de retomada do percurso de ação, objetivos a serem cumpridos e metas a serem alcançadas.

UMA NUVEM ESCURA SE APROXIMA

Nos primeiros meses de 2020, os professores foram alertados sobre os riscos eminentes de contágio por Covid-19 no âmbito escolar. O alerta era plausível, por conta da estrutura física das escolas, da quantidade de alunos em cada sala, dos espaços de convivência, da própria dinâmica de funcionamento das escolas com horários comuns de entrada, intervalo e saída de professores e alunos. Além disso, a falta de compreensão naquele momento sobre o real potencial de contágio,



do desenvolvimento da doença e seu tratamento, instalou um sentimento de ansiedade que aos poucos se converteu em medo, levando a sensação de insegurança plena. De fato, foi praticamente impossível lecionar, ou ter atenção nas aulas no primeiro semestre de 2020.

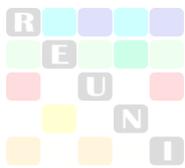
Recordamo-nos as vésperas da suspensão das aulas, comentários com colegas professores sobre a “nuvem escura” que se formava a nossa volta, nós referíamo-nos analogicamente ao sentimento que provavelmente as pessoas tiveram antes de um grande conflito, como as guerras mundiais. No início, parecia mesmo que estávamos diante uma batalha, com o tempo tivemos certeza disso, e o número acelerado de mortes foi um golpe difícil de assimilar. Em março de 2020 o Brasil registrava a primeira morte por Covid-19, ocorrida no estado de São Paulo. Há época, circulava nos meios de comunicação discussões que alertavam sobre a gravidade da doença e modelos de estimativas do impacto da Covid-19, que demonstravam probabilidade de alto nível de mortalidade no Brasil.

Os números eram assustadores, em um artigo da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), citava um teor de ameaça superior ao da Gripe Espanhola no início do século XX. Podemos perceber ainda na mesma matéria, o alerta sobre os enormes efeitos que a pandemia potencialmente provocaria:

Não poderia ser mais profundo o impacto global da Covid-19. Trata-se da mais grave ameaça à saúde pública provocada por um vírus respiratório desde a pandemia de influenza H1N1 de 1918. Até 24 de março de 2020, o Covid-19 teve mais de 398.000 casos confirmados e causou a morte de 17.454 pessoas em 169 países de todas as regiões do mundo. É essencial avaliar a magnitude do desafio que os sistemas nacionais de saúde e as sociedades estão a enfrentar e avaliar os efeitos das medidas de prevenção e tratamento da Covid-19 sobre as suas taxas de mortalidade. (ABRASCO, 2020).

Nessa mesma direção, um estudo creditado ao Imperial College de Londres e publicado pelo portal G1, do grupo Globo, no final de março de 2020 apresentava uma manchete aterrorizante: “Sem isolamento e ações contra a Covid-19, Brasil pode ter até 1 milhão de mortes na pandemia, diz estudo” (G1, 2020), o modelo estatístico levava em consideração vários cenários, e o mais grave, sem isolamento social - como defendeu o governo federal de Jair Bolsonaro ao longa da pandemia - resultaria no número catastrófico de cerca de 1,15 milhão de mortes.

Ao analisar em retrospectiva podemos afirmar que infelizmente o Brasil conduziu mal o enfrentamento a pandemia e os erros que foram cometidos custaram a vida de centenas de milhares de pessoas. O negacionismo sobre a gravidade da doença, e a desarticulação entre os esforços das



secretarias estaduais junto ao Ministério da Saúde podem ser vistos como pontos nevrálgicos que culminaram na tragédia. Os dados atuais apontam mais de 700 mil vidas ceifadas pela Covid-19, ou em decorrência de complicações causadas pela doença, dentre os mais de 37 milhões de casos confirmados⁴.

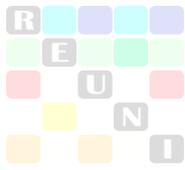
Destarte, a educação não passou ao largo de tantas dificuldades trazidas pelas mudanças na vida no período de pandemia, e por conta disso diversos dilemas se mostraram urgentes: de que forma seria a continuidade do processo pedagógico? Como avaliar as diferentes situações de aprendizagem geradas pelas relações de trabalho didático no modelo remoto? De que forma capacitar rapidamente docentes que não sabiam trabalhar com ferramentas digitais? Como se daria a oferta de conteúdos aos alunos sem recursos tecnológicos para se adequarem ao ensino remoto, ou em nível de escolarização que dificultava o uso de tecnologias virtuais? Como seria a continuidade da relação educativa na Educação Especial, na Educação Indígena e nas comunidades dos povos tradicionais como os ribeirinhos e os quilombolas? Tudo isso agravado pelo fato de não se saber o tempo que a excepcionalidade iria perdurar.

Os primeiros direcionamentos efetivos, embora parciais do Ministério da Educação foram realizados por meio do PARECER CNE/CP N°: 5/2020, elaborado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovados em 28 de abril de 2020, mas só publicados no Diário Oficial da União (DOU) em 01 de junho de 2020. Seu assunto principal abordava a: “Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19”.

De uma forma ou de outra, era claro que o planejamento escolar realizado no início de 2020 caíra por terra, e daí em diante lançou-se um “vôo de coruja”, sem a mínima percepção de onde iríamos pousar. Em 06 de julho de 2021, o CNE aprovou o PARECER CNE/CP N°:6/2021, que foi publicado no DOU em 05 de agosto de 2021, estabelecendo: “Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar”, ao menos oficialmente, parecia que tudo voltava ao normal.

Todavia, na prática, pode-se afirmar que a educação básica em grande parte das escolas públicas vivenciou um certo hiato produtivo desde o momento que as aulas foram suspensas e passaram excepcionalmente para a modalidade remota em 2020, até o retorno presencial no início

⁴ Em 10 de setembro de 2024 o número acumulado de mortes provocadas pela Covid 19 no Brasil era de 713.115 pessoas 38.891.045 casos confirmados. Disponível em << <https://covid.saude.gov.br/>>> acesso em 10/set/2024.



de 2022. Em especial, no ensino fundamental anos iniciais, a sensação que se tem, é a de que muito se fez, e pouco se avançou. Para se mensurar a gravidade, basta observar que os alunos que iniciaram a formação no primeiro ano do ensino fundamental anos iniciais em 2020, fecharam o mais importante ciclo em sua aprendizagem no de 2022, ou seja, no vai e vem das nuances geradas pela Pandemia de Covid-19. Não poderemos deixar de acompanhar esta geração de alunos, ao longo de toda a formação educacional.

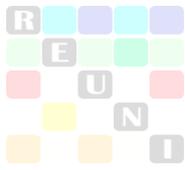
O NORMAL, NATURAL E COMUM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Para o retorno ao processo educacional considerado normal pelas autoridades educacionais no âmbito federal, estadual e municipal, foram estabelecidos critérios que esses órgãos acreditavam serem suficientes para a garantia da volta às aulas presenciais com segurança. A favor do retorno, notava-se, finalmente grande avanço na vacinação das pessoas no Brasil, e a continuidade dos protocolos sanitários, como o uso de máscaras (que foi flexibilizado em 2022) e a higienização constante das mãos com água e sabão ou álcool. Contudo, ainda havia muita preocupação, o vírus de Covid-19 se modifica muito rapidamente, e o surgimento de novas variantes poderiam representar um sério risco para todos.

Destarte, de forma a refletir sobre as possibilidades de ações práticas nas escolas nessa conjuntura, buscamos conceituar a relação entre o normal, natural e o comum na educação básica, e discutir sobre o preconceito que envolveu a volta às aulas presenciais.

De acordo com o filósofo e educador Mario Sergio Cortella (2021), toda vez que avaliamos uma ideia, uma questão ou uma pessoa, usamos critérios. Esses critérios apresentam três grandes distinções: aquilo que achamos natural, aquilo que achamos normal e aquilo que achamos comum. A diferenciação entre esses termos nos ajuda a pensar sobre o preconceito.

Ao aplicarmos a reflexão de Cortella (2021) podemos inicialmente perceber que existe uma gama de preconceitos que permeavam à volta ao normal nas relações educativas em âmbito escolar no contexto de pandemia. O que se justificava, pela falta de preparação adequada de muitos profissionais para lidar com as demandas técnicas (uso de novos equipamentos e de novas formas de trabalhar), pedagógicas (estratégias de ensino em um contexto de recuperação contínua), e emocionais (equilíbrio psicológico em um cenário de inúmeras circunstâncias difíceis, como a perda de familiares e amigos, traumas devido ao isolamento social, tensões em



decorrência de ansiedade, e muitas outras). Contudo, é preciso refletir sobre o posicionamento pré-concebido em relação a volta às aulas de forma regular.

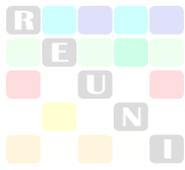
Ainda de acordo com Cortella (2021) podemos definir natural-normal-comum da seguinte maneira: “Natural: o que nasce conosco; Normal: o que está na norma, escrita ou praticada; Comum: o que se estabelece pela frequência com que ocorre”. Nesse sentido, ao observar o tema em tela, seja a excepcionalidade que permitiu a flexibilização da modalidade de ensino, quanto a volta às aulas na educação básica de forma presencial, são situações previstas e regulamentadas nas normas da Legislação Educacional (Lei 9.394/96).

Conforme nota do editor da 4ª edição da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 2020:

Em razão das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus, a Medida Provisória no 934/2020, em seu art. 1º, determina que “[o] estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do caput e no § 1º do art. 24 e no inciso II do caput do art. 31 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino”. (LDB, 2020, p. 18).

O cuidado, no caso da excepcionalidade em tela, é não fazer do normal algo comum, ou seja, se valer da situação para escolher arbitrariamente se as aulas seriam remotas ou presenciais, se o trabalho didático seria desenvolvido em sala de aula com os alunos, ou via ambiente virtual de aprendizagem. Na verdade, muitos alunos e profissionais da educação não se sentiam seguros para voltar. Uma vez que, era muito difícil mensurar as condições de saúde dos alunos e profissionais da educação, ou das pessoas de seu convívio familiar. Afinal, quem de fato poderia voltar às aulas presenciais? Quem correria maior risco? Como garantir a segurança no cumprimento dos protocolos sanitários? O ponto é que a volta foi acompanhada por muito medo, e a cada dia, a cada caso nas escolas, a cada aluno ou professor doente, o preconceito sobre a insegurança na volta às aulas, mostrava que só havia um caminho considerado seguro: a ciência.

No isolamento social muitos foram forçados, não pela opressão, mas pela razão, a compreender a gravidade da pandemia e a importância da ciência para o desenvolvimento social. Frente ao negacionismo que parecia emergir afrontando a produção acadêmica, o saber escolar e os paradigmas da racionalidade nos últimos séculos, a comunidade científica passou a desenvolver estudos em diferentes linhas: da busca por tratamentos de saúde imediatos juntos aos infectados, aos cuidados com a saúde mental, e a esperada “cura”, que só poderia vir por intermédio da



pesquisa científica. Mais uma vez, foi preciso demonstrar que somos seres sociais, e que é por meio das relações de sociabilidade voltadas para o trabalho que nos tornamos humanos, somos resultado da relação intrínseca entre a teoria e a prática, e jamais poderemos deixar de ensinar e aprender num contínuo processo de ação-reflexão-ação. Foi assim que desenvolvemos melhores técnicas de tratamento no enfrentamento da doença, e finalmente, a esperada vacina.

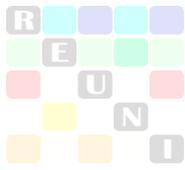
Nesse contexto, a educação passou a ser uma espécie de “termômetro do medo” para aferir o grau de confiabilidade na volta aos espaços compartilhados. Dessa forma, em resumo, o ano de 2020 na educação ficou marcado pelo distanciamento, e pela busca por reaproximação por meio de tecnologias virtuais. Seja no ensino superior, ou na educação básica, podemos expor que as questões emocionais emergentes no contexto da pandemia desprenderam, e ainda requerem, grandes esforços e cuidados. As normas educacionais precisaram ser flexibilizadas para absorver as técnicas e tecnologias incorporadas no decorrer dos últimos dois anos. Para tanto, foi preciso rever, e até mesmo mudar muitas posturas em relação a incorporação de novos elementos ao trabalho didático. O ensino híbrido se fez condição determinante da relação educativa no chamado “novo normal”.

Na retomada das aulas presenciais, percebemos inicialmente, a necessidade de tomada de consciência, primeiro de que não tínhamos superado a pandemia de Covid-19, e depois, que a futura superação da pandemia, não representava uma vitória definitiva frente aos problemas e desafios da educação brasileira. Uma vez que, mesmo com o uso de novas tecnologias, a forma histórica de organização do trabalho didático permaneceu inalterada.

A incorporação de outros instrumentos do trabalho didático, para além do manual didático, como vídeos, aulas preparadas em slides ou breves explicações em mensagens de áudio, não foram suficientes para promover a ruptura com a estrutura da educação desenvolvida no último século. Nota-se que essas mídias continuam a reproduzir de forma fragmentada e simplificada os conteúdos. Aliás, em busca de adesão dos jovens, essa era a recomendação, roteiros simplificados, de leitura fácil e rápida absorção.

A conhecida educação bancária se intensificou no período de aulas remotas. Alunos com a câmera e o áudio desabilitados, “assistiram” passivamente a maior parte das aulas. E o docente na ânsia de cumprir o cronograma seguia em frente, uma vez que, já não conseguia mais encontrar formas para despertar o interesse dos alunos nas suas aulas remotas.

Nesse contexto também é importante considerar que a pandemia comprimiu o tempo de ação, era imperativo contornar o caos que assombrava a educação. Foi unanime a necessidade de



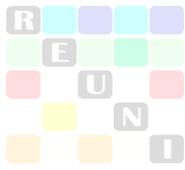
respostas rápidas para tentar salvar o ano letivo. A título de exemplo, em meio a improvisações, como antecipação de feriados e férias, mergulhados num mar de incertezas, a Secretaria de Educação de São Paulo se mostrou ágio ao criar o Centro de Mídias de São Paulo (CMSP), mantendo *lives* diárias de orientação aos docentes e gestores.

No caso específico do estado de São Paulo, para se perceber a gravidade do processo, o docente não tinha nenhum controle sobre a plataforma virtual, as aulas eram desenvolvidas e apresentadas pelo Centro de Mídias, cujos professores que ministravam as aulas eram selecionados na própria rede de educação paulista. Pode-se até dizer que os docentes foram “torturados pela busca ativa”, no ímpeto de se adequarem as demandas do ensino híbrido, e na luta por resgatar alunos que simplesmente desapareciam.

Aos poucos as tecnologias disponíveis foram adaptadas para fins pedagógicos, e parcerias com empresas do setor tecnológico foram feitas a toque de caixa. Assim, a total incapacidade de se prever minimamente o futuro desmontou um dos pilares essenciais da educação: o planejamento. Tudo que se havia programado no início de 2020 se esvaiu, não sobrou nada daquele calendário escolar, a não ser o desejo de finalizar o ano letivo. Propostas e esforços para diminuir os prejuízos por conta da falta de condições de acesso as aulas, materiais e atividades de forma remota, foram inegavelmente enormes, incluindo a distribuição gratuita de chips de celulares com 5 GB de internet, mas se mostraram insuficientes num cenário extremamente delicado.

Com o tempo, na medida que o impacto do “tsunami” causado pelo avassalador início da pandemia se acomodava no chamado “Novo Normal”, começava a escancarar o indesejado lado da educação: a precariedade da realidade sociocultural e econômica da maior parte dos alunos da rede pública de educação básica. Realidade há muito citada nos estudos e relatórios sobre a educação brasileira, mas banalizada e convertida em senso comum, quando não ignorada por muitos gestores.

Em diversos momentos da pandemia percebemos governantes focados em envernizar os fracassos rotineiros na educação básica, ou justificá-los em função da excepcionalidade causada pelo vírus. Nessa direção, a inércia do próprio MEC em oferecer respostas minimamente fundamentadas sobre as ações no primeiro semestre de 2020 se mostrava como uma exceção, quando na verdade refletia o *pathos* que minava as estruturas da Educação. Todavia, pode-se partilhar o fracasso, pois muitos outros foram incapazes de promover o exercício da alteridade,



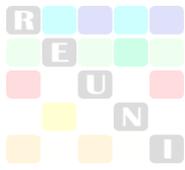
optando pelo caminho mais fácil, ao descrever e colocar os desfavorecidos numa posição de vitimização automática no sistema, reflexos de uma meritocracia macabra.

Obviamente, a própria condição de subalternidade já indica o lugar de vítima da opressão, e assim, é preciso adentrar nas especificidades que envolvem a vida dos estudantes. No desnudamento de vivências e experiências no interior das escolas, que escapam a percepção de algumas estruturas de pensamento, inclusive no meio acadêmico. De modo geral, as ações de muitos gestores acabam estabelecendo ainda mais exclusão por meio da legitimidade de projetos da classe dominante, que no fundo visam perpetuar as desigualdades.

A desigualdade social precisa ser denunciada e combatida, tal como toda forma de segregação e violência, mas o problema é que para além do óbvio descaso com as pessoas mais vulneráveis, a pandemia revelou questões espinhosas e imediatas para se compreender a educação voltada para a população que vive na pobreza, ou em áreas de exclusão, pois para nos guiar por um caminho de excelência educacional, é preciso primeiro eliminar tudo que impede o fluxo contínuo da aprendizagem comprometida com as demandas sociais. E isso parece afrontar os interesses dos dirigentes, como se percebe ao lembramos as palavras do próprio ex-ministro da educação Milton Ribeiro: "universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade".

Dessa perspectiva, não poderíamos colher outro fruto, que não o fracasso na adesão da educação remota pelos alunos. No entanto, apesar de todas as adversidades, o esforço no uso dos recursos tecnológicos, a busca dos professores para estreitar ao máximo o contato com os estudantes, ao estabelecer até mesmo comunicação direta com familiares e responsáveis, indo, inclusive no endereço daqueles alunos que não respondiam a nenhuma atividade, que não acessavam aulas ou atividades remotas, foram ações pontuais, nobres e significativas vividas nesse contexto de enormes dificuldades para a educação.

Enquanto que esses poucos relatos e experiências bem-sucedidas, eram amplamente divulgadas como peça de propaganda pelo governo, uma outra realidade foi borrando o quadro imaginário da educação "on-line". No período remoto, se observou uma total desconexão com a instituição escolar, um distanciamento enorme dos alunos com as atividades na prática pedagógica, uma relação educativa morna, sem brilho e hesitante. Para muitos pais a escola servia como lugar onde poderiam deixar os filhos com relativa segurança, e que, eles ali, poderiam se alimentar. Oposto a isso, muitos alunos não eram encontrados em suas próprias casas nos horários



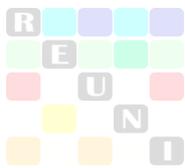
de aulas, vizinhos relatavam sobre atividades nas ruas e em lugares abandonados, que colocavam em risco crianças e adolescentes.

Enfim, essas situações revelaram que o descrédito na escola como possibilidade concreta de transformação social, não se fundamenta. A escola é um centro que deve priorizar a formação integral, e precisa de modo urgente resgatar seus projetos de edificação de uma instituição social para todos, inclusiva e democrática, que contemple o multiculturalismo e a diversidade de gênero e raça.

Percebemos que com a pandemia, a flexibilização abrupta do processo educativo, da sala de aula para a casa dos alunos, se converteu num emaranhado de situações prejudiciais ao processo educativo, desde as dificuldades de conexão com as aulas por falta de equipamentos tecnológicos, ou internet de qualidade, ao ambiente compartilhado com os conviventes da família ou até mesmo com o gato e o cachorro. Pode-se dizer que para muitos alunos e alunas, professores e gestores, teve-se dois anos de muito trabalho, mas de pouco crescimento na aprendizagem dos alunos, período que pode representar um grande apagão para a educação no Brasil. Suas consequências podem ser desastrosas no futuro, e isso nos força a agir no tempo presente. É preciso um esforço coletivo contínuo para desenvolvermos melhor o planejamento, a execução, a avaliação e a recondução das ações constantemente.

Esse “novo” quadro precisa ser pensado para além das posições ideológicas, muito comum entre grupos de intelectuais. A pandemia abriu tampa de um mundo ignorado por praticamente todos os grupos que aspiram explicar ou receitar remédios para educação. Se a adaptação a educação remota foi complicada até para alunos e professores que não tinham dificuldade em usar o que de mais avançado a tecnologia podia oferecer, para boa parte dos estudantes e docentes da escola pública, foi árdua a tentativa de adequação ao novo modelo de relação educativa, apesar de todo esforço empreendido. Essa situação trouxe à tona a necessidade urgente de reflexões que sejam capazes de iluminar e traçar caminhos que recuperem a percepção da escola como lugar privilegiado de formação e construção sociocultural, de promoção da cidadania e de consciência social.

Não dá para fazer uma ponte entre o antes e o depois e seguir sem olhar o que esse período nos mostrou. O momento é, apesar de toda tragédia, uma oportunidade para o desenvolvimento de propostas mais realistas, menos engessadas, com espaços para estudos pontuais capazes de corrigir, e se autocorrigir, de forma a oferecer o mais adequado possível nas condições que temos no momento, e com a intenção de atender as aspirações da comunidade pela instituição escolar.



POR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA E SIGNIFICATIVA

Para iniciarmos uma caminhada é preciso definir para qual direção daremos o primeiro passo. Esta decisão pode ser acertada e chegaremos ao destino, mesmo que tenhamos dificuldades. Ou poderemos optar por uma via incerta, talvez até turbulenta, e assim se quer conseguiremos chegar ao destino que pensávamos no início da jornada. No caso em discussão, a escolha depende exclusivamente de optarmos, como afirmava Antonio Gramsci (1985), pelo bom senso, em detrimento ao senso comum. Ou seja, nos guiarmos em conformidade aos avanços oferecidos pela ciência em equilíbrio com os saberes resultantes das práticas escolares.

Dessa maneira, podemos refletir sobre o processo educativo, e quão grave seria para o futuro dos alunos e alunas a escolha de uma direção inadequada. Assim, todo o percurso educacional, necessariamente, deve partir de ações planejadas. O planejamento dessas ações, por seu turno, resulta de um amplo debate democrático entre os agentes educacionais. Que visa, segundo Libâneo (1994) “a previsão das atividades em termos de organização e coordenação em face dos objetivos propostos”. Nessa perspectiva, a Educação é uma prática universal: discutir o consenso de que é preciso formar o cidadão para que ele cumpra papel efetivo na sociedade, oferecendo assim, condições para que a ordem social democrática seja hegemônica. No caso da retomada das aulas no contexto de Pandemia de Covid-19, planejar se traduz em racionalização dos recursos materiais e humanos indispensáveis para a volta ao normal, e mais que isso, a integração dos pontos positivos, experiências exitosas, das técnicas e tecnologias desenvolvidas durante os anos de flexibilização das normas educacionais.

Obviamente, não seremos capazes, e nem pretendemos, estabelecer aqui um caminho exclusivo para pensarmos sobre os rumos para os quais devemos direcionar as ações educativas. Destarte, podemos recuperar as indicações de Libâneo (1994) e Luckesi (n/d), essenciais ao planejamento educacional escolar e analisar e discutir o planejamento de forma democrática em seus três níveis: o plano da escola, o plano de ensino e o plano de aula. Participar intensamente das discussões, acompanhar com olhar atento os dados oriundos das avaliações, e lembrar que o desenvolvimento da relação educativa não será rígido e, portanto, se preciso, devemos rever e promover alterações nas ações didático-pedagógicas.

A leitura de Luckesi (p.124) nos oportuniza maior compreensão sobre o planejamento e avaliação da aprendizagem. Segundo o autor, o planejamento escolar é um modo de dimensionar

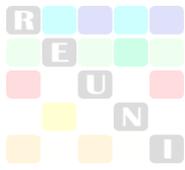


política, científica e tecnicamente a atividade escolar. Sendo em si, um ato consciente de luta, que jamais poderá assumir um caráter neutro e burocrático. Enquanto que: “A avaliação poderia ser compreendida como uma crítica do percurso de uma ação, seja ela curta, seja prolongada”. Enquanto: “o planejamento dimensiona o que se vai construir, a avaliação subsidia essa construção, porque fundamenta novas decisões”. Desse modo, ainda em conformidade com Luckesi (p.125): “A avaliação, como crítica de um percurso de ação, será, então, um ato amoroso, um ato de cuidado, pelo qual todos verificam como estão criando o seu "bebê" e como podem trabalhar para que ele cresça”.

De toda maneira, o primeiro passo dado em uma determinada direção deve ser um passo construído coletivamente, de forma democrática e consistente. Lembramos que democracia não é a simples presença ou adesão as discussões, mas sim, a efetiva participação nos debates e tomadas de decisões. Não pode haver autoritarismos e hierarquias que dificultem as reflexões e ações planejadas nas escolas. A organização e coordenação do trabalho pedagógico deve se fundamentar essencialmente no diálogo. Ao retomar o significado grego para o conceito de “diálogo”, podemos perceber a busca pela harmonia do pensamento por meio da “palavra”, ou seja, a conversação promotora da troca de ideias pode levar a formulação de novos consensos. Esses consensos estabelecem parâmetros que ajudam a definir os objetivos e as metas a serem atingidas. No caso da educação, nos parece elementar que o caminho precisa ser definido por pessoas envolvidas com as relações de ensino nas escolas, e não exclusivamente por políticos e especialistas técnicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscamos estabelecer algumas reflexões sobre a volta às aulas de forma regular e presencial na educação básica brasileira no contexto de Pandemia de Covid-19. Diante um cenário ainda incerto, em função das variações e mutações do vírus, da necessidade de atualização constante das vacinas, e da imunização por completo de todas as pessoas no mundo, precisamos discutir, analisar e planejar a volta ao normal. Entendendo-o, como um conjunto de regras e práticas que regulam as relações educativas. Assim, o “novo normal”, representou, em síntese, a flexibilização de parte desses reguladores, o que permitiu a continuidade formal do processo educativo escolar, por meio de plataformas virtuais de aprendizagem e atividades remotas. Contudo, em que medida está continuidade representou de fato prosseguimento com as relações de ensino e aprendizagem?



Nesse sentido, é preciso retomar os apontamentos iniciais com base em Cortella (2021) e superar os preconceitos sobre a volta ao normal nas relações educativas em âmbito escolar. Para tanto, inevitavelmente, teremos que analisar o curso do processo em que estamos inseridos, planejar ações de recuperação contínua para os alunos, formação continuada para professores, acompanhamento psicológico, protocolos sanitários, flexibilização de alguns componentes curriculares e dos itinerários formativos, dos instrumentos do trabalho didático, das técnicas de ensino, promover o acompanhamento do desempenho dos alunos por meio de avaliações sistemáticas, uso de novas tecnologias de forma adequada a realidade local e social da escola e dos educandos, e maior dedicação das famílias - pais e responsáveis - em relação a vida escolar e a aprendizagem dos educandos. Além disso, torna-se ainda mais urgente o investimento em políticas públicas para a educação de jovens e adultos de forma continuada. Olhar para a educação dos subalternizados, das comunidades nas periferias das grandes cidades, dos povos indígenas, dos ribeirinhos e quilombolas, dentre outros povos originais.

Devemos estar cientes dos riscos de optarmos pela continuidade da forma histórica de organização do trabalho didático mecânica, autoritária, simplista e preguiçosa que pode acarretar uma tragédia irreparável para o futuro da educação escolar no Brasil, pois, este espectro nunca esteve tão latente. Frente a isso, precisamos trabalhar e confiar no construto coletivo, que democraticamente pode oferecer um futuro digno para a educação das crianças, jovens e adultos em nossas escolas. Desta perspectiva, em suma, a volta ao normal pode ser um caminho sem volta para um futuro pior ou melhor para todos no Brasil. Cabe a todos nós educadores, comunidade escolar, e aos gestores governamentais a responsabilidade social pela escolha da direção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

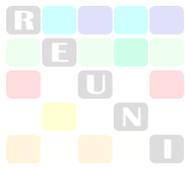
ABRASCO, 2020. **Estimativas do impacto da Covid-19 na mortalidade no Brasil.**

Disponível em << <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/estimativas-do-impacto-da-covid-19-na-mortalidade-no-brasil/46151/> >> Acesso em 03/12/2021.

ALVES, Gilberto Luiz. **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas.** Campinas: Autores Associados, 2005.

BRASIL. **PARECER CNE/CP Nº: 5/2020.** Disponível em < portal.mec.gov.br > Acesso em 04/06/2022.

BRASIL. **PARECER CNE/CP Nº:6/2021.** Disponível em < portal.mec.gov.br > Acesso em 04/06/2022.



BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 4ed. Brasília-DF: Senado Federal, 2020.

BRASIL. **RELATÓRIO DE 2021**. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2021/12/20/anexo_kcomissaoopermanentece20211220ext025_parte13556_pauta_1639677751236.pdf> Acesso em 04/jul/2022.

CORTELLA, Mario Sérgio. **Preconceito: natural, normal ou comum?** São Paulo: Cortez, 2019.

CNN. **Governo de SP distribuirá 750 mil chips com internet para alunos e professores**. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-de-sp-distribuir-750-mil-chips-com-internet-para-alunos-e-professores/#:~:text=Governo%20de%20SP%20distribuir%C3%A1%20750%20mil%20chips%20com%20internet%20para%20alunos%20e%20professores,-Dispositivos%2C%20que%20custar%C3%A3o&text=O%20governo%20de%20S%C3%A3o%20Paulo,R%24%2075%20milh%C3%B5es%20ao%20estado>> Acesso em 01/jul/2022.

G1, 2020. **Sem isolamento e ações contra a Covid-19, Brasil pode ter até 1 milhão de mortes na pandemia, diz estudo**. Disponível em <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/27/sem-isolamento-e-acoes-contr-a-covid-19-brasil-pode-ter-ate-1-milhao-de-mortes-na-pandemia-diz-estudo.ghtml>> acesso em 03/12/2020.

G1, 2021. **Ministro da Educação defende que universidade seja 'para poucos'**. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>> Acesso em 01/jul/2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Planejamento e Avaliação na Escola**: articulação e necessária determinação ideológica. Disponível em <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_15_p115-125_c.pdf> acesso em 27/05/2022.